

O ensino da Arqueologia na USP: um depoimento¹

Maria Beatriz Borba Florenzano*

FLORENZANO, M.B.B. O ensino da Arqueologia na USP: um depoimento. *R. Museu Arq. Etn.* 30: 4-11, 2018.

Resumo: Trata-se de apresentar em forma de depoimento a minha experiência como uma das primeiras alunas do Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade de São Paulo, traçando alguns dos principais momentos da institucionalização da formação de profissionais nesta área do conhecimento em nossa universidade.

Palavras-chave: Formação de arqueólogos; Arqueologia na USP; Arqueologia como área científica na USP; Arqueologia e Antropologia; Pós-graduação em Arqueologia.

Achei que seria adequado, para introduzir o nosso Museu e o Programa de Pós-graduação em Arqueologia para os recém ingressantes, expor um pouco de que forma se deu o desenvolvimento do ensino da Arqueologia na Universidade de São Paulo. O que pretendo expor a vocês, não fui ler nos livros, mas faz parte de minha experiência acadêmica, e como tal, minha exposição vem carregada de percepções próprias e interpretações vividas. Com efeito, ingressei como aluna de graduação no Departamento de História na

então chamada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1970. No segundo semestre já estava inteiramente envolvida no Museu de Arte e Arqueologia (MAA), como monitora bolsista da Sociedade de Amigos do MAA. Depois de formada, em 1973, atuei como estagiária de pós-graduação até 1979, quando fui contratada como arqueóloga. E é por isso que, para mim, uma fala sobre o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE-USP) e sobre o ensino de Arqueologia na Universidade – ensino que nasceu formalmente neste Museu – vem carregada de sentimentos e de expressão pessoal. De toda forma, espero que a minha experiência, que para mim foi tão rica e fundamentou toda minha atuação profissional, possa servir para vocês como um indicador da posição que cada um ocupa nessa história.

Quero agradecer o convite que me foi feito pela representação discente, com o qual me senti muito honrada. E quero dizer também que foi um prazer preparar estas palavras, já que com isso tive a oportunidade de elaborar uma reflexão sobre a minha própria trajetória no MAE percebendo como o Museu cresceu e melhorou; constatar melhorias é sempre bom, sobretudo neste momento tão conturbado e

*Professora titular de Arqueologia Clássica, do Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (Labeca), do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). <florenza@usp.br>

¹ Este texto foi a base de uma Aula Inaugural proferida em agosto de 2014 a convite dos alunos do Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). O tom informal de uma Aula Inaugural foi mantido neste texto ora publicado. Entretanto, destaco que para a finalidade de publicação, foram consultados os arquivos da USP sobre a criação do Programa de Pós-graduação em Arqueologia desde sua primeira inserção na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) na década de 1970, bem como menciono que textos escritos pelo professor Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes foram muito úteis no ordenamento das ideias. As referências serão inseridas no decorrer do texto.

confuso pelo qual passa nossa Universidade nos últimos meses (em 2014).

Começo fazendo uma diferenciação entre, de um lado, o desenvolvimento de nossa disciplina, a Arqueologia, como campo de conhecimento próprio, e de outro, a inserção do ensino da Arqueologia na Universidade, como campo específico de formação científica e como meio de profissionalização.

Com relação à origem da nossa disciplina, interessa observar como ela começa a ganhar alguma sistematicidade justamente vinculada às coleções: coleções de coisas, de objetos e de todo tipo de tralha antiga ou não. Com efeito, a partir da Renascença essas coleções começam a avolumar-se e não apenas entre as camadas abastadas. É certo que na Europa reis, prelados da Igreja e aristocratas de todos os níveis juntavam objetos, como moedas, esculturas, pedaços de adornos arquitetônicos, objetos em metais preciosos ou em vidro trabalhado. Mas também as pedras, objetos de osso, de madeira, tijolos, restos de ferramentas, de tralha doméstica e objetos da natureza, como conchas, por exemplo, despertavam grande interesse e eram igualmente colecionados nas pequenas cidades pela nascente burguesia e até por camponeses (Momiigliano 2004; Stocking Jr. 1985). Chamo atenção para isto, porque uma vez coletados, os objetos precisavam de uma ordem e de um lugar que os abrigasse. Dependendo da quantidade e das dimensões, salas precisavam ser providenciadas, estantes, armários, espaços para o ordenamento. Por isso, nada mais natural do que a Arqueologia, como disciplina científica que se ocupa do estudo de artefatos e que tem como método primeiro e essencial a classificação sistemática, tenha nascido vinculada a esses espaços destinados a abrigar e servir como local de estudo, como foram os Gabinetes de Curiosidades e como são desde o século XIX os museus. Como nos conta Margaret Lopes em seu livro *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*, os museus foram criados aqui e ali como “aglutinadores de fontes primárias, equipamentos laboratoriais para experimentos e focos de pesquisa.” (Lopes 2009). É neste momento que as coleções deixam de ser

apenas curiosidades e passam aos poucos a se constituírem como fontes primárias, documentos de pesquisa e então, não apenas os objetos fabricados pelos homens do passado ou do presente, mas também os objetos da natureza, como os animais, as plantas e assim por diante.

Neste contexto é que foram criados também no Brasil, os grandes museus universalistas, como o Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Museu Goeldi no Pará, o Museu Paranaense e o Museu Paulista. Deste modo, podemos dizer que também no Brasil a Arqueologia tem a sua história específica ligada a estes espaços que abrigavam os objetos oriundos das muitas viagens de pesquisa empreendidas por europeus em busca de um conhecimento mais aprofundado sobre o novo continente. Locais onde se realizava o ordenamento e a pesquisa sistemática, incluindo a classificação de objetos arqueológicos, etnográficos e material faunístico e da flora brasileira, boa parte dos quais era enviada aos institutos de pesquisa europeus. Ainda que os museus tenham essa parte tão forte no desenvolvimento de nossa disciplina, a sua inserção na universidade como área de conhecimento merecedora de ensino sistemático não foi automática e passou por muitos questionamentos e debates desde o final do século XIX. De modo geral, na Europa (Inglaterra, França, Portugal ou Itália), a pesquisa arqueológica se desenvolvia informalmente, apoiada por Sociedades de “sábios”: academias, associações civis públicas ou privadas, que promoviam encontros para discussão de achados, de novas ideias e relatos de viagens. Algumas vezes, no início, os museus foram incorporados às universidades como simples coleções para serem expostas e mostradas ao público leigo ou estudantil. Exemplo disto, muito típico, é a incorporação à Universidade de Oxford da fantástica coleção Pitt Rivers. Mas, dali a se conseguir contratar pessoal especializado ou professores que atuassem nessa coleção, nesse museu, e oferecer disciplinas específicas vinculadas às coleções de museus, o caminho foi longo e não desprovido de dificuldades (Daniel 1975). Assim, podemos dizer que na Europa, a Arqueologia faz seu ingresso na

Academia, ou nas universidades, como disciplina formativa, bem no final do século XIX e no início do XX, e não por toda parte.

No Brasil, onde as universidades tatearam durante a primeira metade do século XX, era de se esperar que esse ingresso da Arqueologia como área de conhecimento específica e profissionalizante, fosse muito mais tardia. Nos grandes museus universalistas que citamos anteriormente, em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, segundo Cristina Barreto:

a institucionalização da Arqueologia foi um processo que ocorreu à margem tanto das preocupações nacionalistas da nova república quanto dos ideais românticos de revalorização do passado nacional. Ao contrário, foi um processo que acabou por oficializar o lugar da Arqueologia dentro das ciências naturais, isolando-a como um conhecimento especializado, desligado da dinâmica histórica e social da época e reservado a poucos especialistas, na maioria estrangeiros. As inspirações teóricas refletiam mais a preocupação em acompanhar e participar dos debates internacionais do que implantação de uma nova área de estudo em território nacional (2000: 39).

Podemos dizer que se tratou de um processo que, naquele momento, se distanciou do ensinamento de uma Arqueologia que pudesse promover a criatividade para a nossa realidade específica; processo, no fundo, em que os estrangeiros usavam os museus apenas como espaços mortos, onde podiam conseguir o apoio necessário ao desenvolvimento de suas pesquisas específicas. Sempre o nosso atrelamento provinciano à Europa e aos Estados Unidos.

Em meu entender, no nosso país a Arqueologia ingressa na Universidade com maior consistência com a formalização do ensino de pós-graduação na Universidade de São Paulo; e é aqui que entramos eu e vocês também, enquanto alunos do Programa de pós-graduação em Arqueologia do MAE!

A história do Programa de Pós-graduação em Arqueologia na USP tem muito a ver com a história de três instituições da Universidade,

o Museu Paulista, o Museu de Arqueologia e Etnologia, e o Instituto de Pré-História. Em primeiro lugar vem o Museu Paulista, que existia desde o final do século XIX e que já no primeiro estatuto da Universidade, publicado em 3 de setembro de 1934 (Decreto nº 39 do Governo Federal), aparece como instituição complementar: o Museu de História Natural, Arqueologia, História e Etnografia. Em 1969, o Museu Paulista figura nos estatutos da Universidade, juntamente com os outros três museus (o Museu de Arqueologia e Etnologia; o Museu de Zoologia e o Museu de Arte Contemporânea).

O Instituto de Pré-História, como registram De Blasis & Piedade (1991: 165), foi criado na Universidade de São Paulo como instituto de pesquisa em 1962², mas anteriormente existia desde 1952, como Comissão Estadual de Pré-História, criada por Paulo Duarte.

O Museu de Arqueologia e Etnologia, por sua vez, tem sua origem no MAA, criado como Instituto Universitário pelo Decreto nº 43.641 de 24 de junho de 1964 do governo do estado de São Paulo. Mas, em 1969, no mesmo Decreto nº 52.326, em que aparece o Museu Paulista como um dos quatro museus estatutários da Universidade, aparece o MAA com um novo nome: Museu de Arqueologia e Etnologia.

De onde surge este novo nome e o que tem ele a ver com o nosso Programa de Pós-graduação?

A história do nosso museu e do ensino de Arqueologia na USP está inexoravelmente ligada à atuação de um grande professor, hoje aposentado, o prof. Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes. Professor de História Antiga no Departamento de História da FFLCH, o professor Ulpiano, formado em Arqueologia clássica na França e Grécia, participou ativamente da criação do antigo MAA-USP e foi o responsável pelo projeto de criação deste museu, em meados dos anos 1960. (Bezerra de Menezes 2008: 22-25; Heymann & Lopes de Lacerda 2011: 414-419; Fleming & Florenzano

2 Pelo Decreto nº 41.222, de 17 de dezembro de 1962, foram criados dois novos institutos na USP: o de Pré-História e o de Biologia Marinha.

2011: 217-219) Ulpiano assumiu a direção do MAA recém criado em 1968 e sempre em contato com Paulo Duarte, que dirigia o Instituto de Pré-História, e com Mário Neme, que dirigia o Museu Paulista, logo percebeu a dispersão dos estudos de Arqueologia na Universidade e, claro, das coleções arqueológicas que a Universidade abrigava³. O final dos anos 1960 e o início dos anos 1970 foram marcados pelo surgimento da *New Archaeology*⁴. Na minha experiência particular, como aluna e monitora do MAE-USP compreendi que inspirado por essa corrente que se desenvolvia na Arqueologia o prof. Ulpiano elaborou um projeto de unificação das coleções e dos profissionais que já trabalhavam com Arqueologia na Universidade, sempre pensando na aproximação com a Antropologia. Nesse sentido, promoveu a mudança de nome do antigo Museu de Arte Arqueologia para Museu de Arqueologia e Etnologia. Ao mesmo tempo, procurou incorporar às coleções originárias do MAA que eram basicamente de arqueologia mediterrânica, novas coleções de etnologia brasileira e africana e afro-brasileira. Por outro lado, iniciou pesquisas arqueológicas na Amazônia, na área de Santarém. O projeto de centralização dos estudos de Arqueologia na Universidade veio, no entanto, muito posteriormente, em 1989 com o processo da assim chamada “fusão” e a criação de um

3 Tanto no Instituto de Pré-História quanto no Museu Paulista atuavam profissionais com ampla prática em Arqueologia, mas que nem sempre possuíam um diploma de mestrado ou de doutorado. Silvia Maranca, Margarida Andreatta, Dorath Pinto Uchoa, antigas professoras do nosso Programa de Pós-graduação, por exemplo, obtiveram seus títulos seja de mestrado seja de doutorado depois da inserção da área de Arqueologia no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, nas décadas de 1970 e 1980, como veremos adiante.

4 Ulpiano comprava para a Biblioteca do MAE absolutamente todos os textos/livros publicados pelos *New archaeologists* e a primeira disciplina que ministrou em nosso Programa de Pós-graduação em 1972 fundava-se inteiramente nestes textos. Convidou, igualmente, em 1976, para ministrar uma disciplina na recém-criada pós-graduação em Arqueologia o prof. Paul Courbin, eminente arqueólogo francês que naquele momento preparava sua réplica aos *New archaeologists* mais tarde publicada como livro: *Qu'est-ce que c'est l'Archéologie*.

“novo” MAE (Fleming & Florenzano 2011: 221-222; Brandão & Costa 2007)⁵.

É neste contexto, de reflexão sobre a nossa disciplina, em sua aproximação com a Antropologia e Etnologia na efervescência das discussões surgidas a partir da *New Archaeology* e diante de tantas mudanças nas universidades pelo mundo afora a partir dos movimentos estudantis de 1968, que se insere a criação do nosso Programa de Pós-graduação em Arqueologia, o primeiro no país e único por vários anos (Fleming & Florenzano 2011: 220).

A necessidade de aperfeiçoamento do pessoal de nível superior no Brasil já havia sido sentida desde a década de 1950. Por iniciativa do educador Anísio Teixeira, a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior havia sido criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741, com o objetivo de “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país”⁶. A partir de então, bolsas eram concedidas para estudantes de aperfeiçoamento e professores estrangeiros foram contratados em programas de formação de quadros especializados. A partir das décadas de 1960 e 1970 a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), agora já ganha autonomia e passa a trabalhar em uma perspectiva de unificar a pós-graduação no país. Segundo o site disponível na internet, “O ano de 1965 foi de grande importância para a pós-graduação: 27 cursos foram classificados no nível de mestrado e 11 no de doutorado, totalizando 38 no país ...” e ainda: “A Capes é reconhecida como órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *stricto sensu*, em 1981”.

Diante destas transformações ocorridas a partir da década de 1960 no ensino superior, a USP começa a repensar seu estatuto e

5 No início dos anos 1970, de acordo com o prof. Ulpiano, o projeto não foi adiante em vista do desacordo existente entre Paulo Duarte e Mário Neme. Ver Bezerra de Meneses 2008: 24 e Heymann & Lopes de Lacerda, 2011: 417.

6 Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 19/03/2018.

regimentos, e a pós-graduação passou a ser mais formalizada e institucionalizada. Assim, surge a ocasião de instituir uma pós-graduação em Arqueologia, o que foi negociado pelo prof. Ulpiano junto ao então Departamento de Ciências Sociais da FFLCH, na área de concentração em Antropologia⁷. É evidente que a inspiração na *New Archaeology*, a reflexão que já no MAE se fazia sobre a associação da Arqueologia com a Antropologia e a Etnologia, e por outro lado uma percepção clara (em que pese o “cientificismo” da *New Archaeology*) da Arqueologia como disciplina filiada às Humanidades conduziram a esta filiação de nossa pós-graduação à FFLCH.

Registre-se igualmente que os resultados de muitas pesquisas de arqueologia brasileira eram discutidos desde os finais dos anos 1950 e durante a década de 1960 nas reuniões da Associação Brasileira de Antropologia e eventualmente eram publicadas pela Revista de Antropologia. Muitos praticantes da Arqueologia brasileira atuavam igualmente na área da Antropologia – para citar apenas um exemplo dentre tantos, Fernando Altenfelder Silva (Ribeiro 2003). Note-se que não se pensou em uma pós-graduação em Arqueologia institucionalizada junto ao Departamento de História, junto às Ciências Naturais ou às Geociências, mas sim a uma área, a de Antropologia junto ao Departamento de Ciências Sociais⁸.

7 O Regimento Geral da USP publicado em 1973 já havia sido aprovado pelo Conselho Universitário da Universidade em 26 de outubro de 1971 e pelo Conselho Estadual de Educação em 13 de março de 1972. Tratou-se de uma discussão aprofundada sobre a USP, no sentido de atualizar e de promover aberturas administrativas em vista de tantos movimentos universitários pelo mundo afora nos idos de 1968 e - hélas - independentemente do regime militar que se mantinha no poder em nosso país naquele momento. Vide Decreto nº 52.906, d e 27 de março de 1972. Disponível em: <<https://bit.ly/2OrjW1q>>. Acesso em: 19/03/2018.

8 É extremamente instrutiva a consulta ao site da pós-graduação da FFLCH-USP, que traz todas as defesas de mestrado e de doutorado desde 1944. As defesas em Arqueologia antecedem a criação da pós-graduação em 1972 e vão até 2004, ano em que o Programa foi transferido definitivamente para o MAE-USP. Ver o banco de defesas de pós-graduação da USP. Disponível em: <<https://bit.ly/2K9gpzj>>. Acesso em: 10/3/2018.

Assim sendo, filiaram-se a esta pós-graduação, como professores credenciados, o prof. Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses; a profa. Haiganuch Sarian; a profa. Luciana Pallestrini, e o prof. Mariano Carneiro da Cunha. Grupo inicial que logo em seguida e gradualmente foi ganhando densidade com a formação de mestres e doutores orientados por estes professores e filiados profissionalmente à Universidade de São Paulo: em 1983 possuíam credenciamento completo na área de concentração em Arqueologia no Programa de Pós-graduação em Antropologia os professores Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, Haiganuch Sarian, Luciana Pallestrini e José Luiz de Moraes; com credenciamento para ministrar disciplinas a área contavam com os professores Sílvia Maranca e Margarida Andreatta⁹. As dissertações e teses defendidas eram coroadas por diplomas sempre em Antropologia Social.

A situação desta área de concentração em Arqueologia junto à Antropologia Social permanecia esdrúxula. Outros professores lotados nos dois Museus e no Instituto de Pré-História como Dorath Pinto Uchoa, Caio del Rio, Solange Caldarelli aguardavam credenciamento, mas processos demorados e a densidade que a área de Arqueologia ia adquirindo ao abrigo acadêmico da Antropologia começaram a gerar desconforto para todos. Assim é que em 1983, foi criado um Grupo de Trabalho sob liderança da professora Haiganuch Sarian, em busca de soluções para a situação dos arqueólogos do Programa de Pós-graduação da Antropologia. Reuniões foram realizadas durante todo o ano de 1984 e 1985. Os caminhos abertos indicavam a criação de uma área de pós-graduação interdepartamental junto à FFLCH, já que os Museus e o Instituto de Pré-História “não contavam com a necessária atribuição administrativa e acadêmica que lhes delegasse autonomia didática em nível de pós-graduação” (Museu de Arqueologia e Etnologia, 2001). Desta forma, procurou-se o apoio dos Departamentos de Ciências Sociais,

9 O prof. Marianno Carneiro da Cunha havia falecido em 26 de janeiro de 1980.

História e Geografia da FFLCH. Este foi um processo longo e que foi finalizado depois de muitos ires e vires entre departamentos, FFLCH e reitoria. Em publicação no Diário Oficial de 18 de janeiro de 1989 fica consagrada a criação do Programa de Pós-graduação Interdepartamental de Arqueologia, mas ainda abrigado academicamente na Comissão de Pós-graduação da FFLCH e operacionalmente e administrativamente junto aos vários setores da mesma Faculdade. O primeiro coordenador do Programa foi o prof. José Luiz de Moraes. É preciso dizer que esta independência não foi a única das grandes mudanças que afetou o estatuto do MAE em 1989, pois em agosto, finalmente, concretizava-se o projeto de 1972 do professor Ulpiano Bezerra de Meneses de unificação de coleções e de especialistas em Arqueologia e Etnografia da USP, processo registrado como “fusão” do MAE, do Instituto de Pré-História, dos setores de Arqueologia e de Etnologia do Museu Paulista e ainda da Coleção Etnográfica Plínio Ayrosa da FFLCH-USP, criando o que ficou conhecido como um “Novo MAE” (Fleming & Florenzano 2011; Brandão 2007).

O próximo passo, que permitiu a completa autonomia do Programa de Pós-graduação em Arqueologia e sua transferência definitiva ao Novo MAE, foi a criação da carreira docente nos Museus Estatutários da Universidade, em 1997. Anteriormente, os professores que atuavam nos museus da USP eram pesquisadores (arqueólogos, biólogos, geólogos, zoólogos, historiadores etc.) e percebiam um *pro-labore* como docentes, na medida em que atuavam em programas de pós-graduação e ministravam disciplinas optativas de graduação. Como já tivemos oportunidade de registrar em outro artigo: “Em 1997 graças ao apoio que estes pesquisadores conseguiram do professor Adilson Avansi de Abreu (então diretor do MAE) a um pleito muito antigo...”, foi possível instaurar a carreira de docente da USP dentro dos museus “a partir de um novo Regimento (Resolução nº 4.363, de 2 de abril de 1997), que estruturava melhor o Museu, criando colegiados de decisão e setores específicos para a agilização da pesquisa,

da docência e da extensão, bem como do tratamento das coleções, foi possível galgar mais um degrau no sentido de consolidar a presença do MAE na Universidade” (Fleming & Florenzano 2011: 224).

A partir de 1999, com a carreira docente instalada no MAE, com docentes concursados e alguns já em vias de chegar à livre docência, a Pró-Reitoria de Pós-graduação deu abertura para que os museus – como órgãos de integração na Universidade – instalassem suas próprias Comissões de Pós-graduação (Resolução da Comissão de Pós-graduação nº 4678, de 30 de junho de 1999). Ter uma Comissão de Pós-graduação própria significava que poder-se-ia transferir ao museu o Programa de Pós-graduação como um todo, deixando o abrigo da FFLCH. Esse processo se abriu em 2001, a partir do encaminhamento à FFLCH de uma demanda discutida no âmbito do Conselho Deliberativo do MAE. Àquele momento, o Programa já contava com vinte de professores credenciados encarregados de orientação em mestrado e doutorado e de ministrar disciplinas, afora a presença constante de professores ou especialistas externos, brasileiros ou estrangeiros que vinham ministrar disciplinas nas variadas áreas de especialização (Universidade de São Paulo, 2004). A transferência definitiva para o MAE, depois de ser apoiada pela Comissão de Pós-graduação e pela Congregação da FFLCH, tendo passado pelas Câmeras pertinentes da Pró-Reitoria de Pós-graduação e tendo sido aprovado pelo Conselho Geral de Pós-graduação da Universidade, foi publicada no Diário Oficial de 18 de agosto de 2004.

Pelo relatado até aqui, é fácil de perceber que, como tantas outras ações empreendidas nos museus para sua consolidação como espaço de pesquisa, docência e extensão, o caminho percorrido pela criação de um Programa de Pós-graduação independente – regido por colegiado próprio, com representação discente e com autonomia de atuação, com possibilidades de tomar decisões sobre disciplinas, linhas de pesquisa, projetos de formação profissional e tantas

outras atividades afeitas a um curso de pós-graduação com densidade – não foi destituído de dificuldades e nem foi um processo curto e ágil. Dependeu de muitas iniciativas e de vontade política de muitos docentes que se envolveram neste projeto¹⁰. Hoje, entendo

10 É surpreendente que a liderança (e responsabilidade) exercida pelo prof. Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses na criação da pós-graduação em Arqueologia nesta Universidade não venha mencionada nem na Conferência proferida por ocasião da outorga do título de professor emérito em 2008, nem em entrevista de 2011. Registre-se também que quando de sua aposentadoria, em Jornada de Homenagem organizada no Departamento de História da FFLCH-USP em 2006, a criação da pós-graduação em Arqueologia tampouco é mencionada. Da mesma forma, em “Memorial para a obtenção do cargo de Professora Titular”, Haiganuch Sarian não menciona entre as tantas atividades acadêmicas arroladas, o papel fundamental que exerceu como líder das ações que promoveram a consolidação da autonomia do Programa de Pós-graduação em Arqueologia no MAE-USP. Reconheça-se que muitos professores também trabalharam neste processo, como membros de grupos de

que nosso Programa, com seus dois cursos – o de mestrado e o de doutorado – esteja consolidado e tenha sua competência reconhecida nacionalmente. Muitos dos profissionais formados por este Programa de Pós-graduação atuam hoje com competência em universidades brasileiras, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou em outras atividades ligadas à Arqueologia.

É dessa história que vocês, alunos de Arqueologia do MAE-USP, fazem parte e por isso escolhi falar desse percurso hoje, atendendo ao convite de proferir uma Aula Inaugural.

São Paulo, MAE-USP, março de 2018.

trabalhos, comissões, como coordenadores do Programa de Pós-graduação em Arqueologia, mas em meu entender, a liderança firme exercida por estes dois professores foi a que permitiu que chegássemos onde estamos hoje.

FLORENZANO, M.B.B. Teaching Archaeology at USP: an account. *R. Museu Arq. Etn.* 30: 4-11, 2018.

Abstract: The main goal of this short paper is to present an account of my experience as one of the first students of the Graduate Program in Archaeology of the University of São Paulo, outlining some of the main moments of the institutionalization of professionals' training in this area of knowledge in the University.

Keywords: Education of archaeologists; Archaeology at USP; Archaeology as a scientific area at USP.

Referências bibliográficas

- Barreto, C. 2000. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. *Revista USP* 44: 32-51.
- Bezerra de Meneses, U.T. 2008. Da Arqueologia Clássica ao Patrimônio Cultural: os sentidos da cultura material e seus desdobramentos. *Cerimônia de Outorga do Título de Professor Emérito*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP: 17-35. Disponível em: <<https://bit.ly/2Kadw1f>>. Acesso em: 29/7/2019.
- Brandão, C.R.F.; Costa, C. 2007. Uma crônica da integração dos Museus estatutários à USP. *Anais do Museu Paulista* 15: 207-311.
- Daniel, G. 1975. *A hundred and fifty years of Archaeology*. Duckworth, Londres.
- De Blasis, P.; Piedade, S. 1991. As pesquisas do Instituto de Pré-História e seu acervo: balanço preliminar e bibliografia comentada. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 1: 165-188.

- Fleming, M.I.D'A.; Florenzano, M.B.B. 2011. Trajetória e perspectivas do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (1964-2011). *Estudos Avançados* 25: 217-228.
- Heymann, L.Q.; Lopes de Lacerda, A. 2011. Entrevista com Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes. *Estudos Históricos* 24: 405-431.
- Lopes, M.M. 2009. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. UnB, Brasília.
- Momigliano, A. 2004. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução Maria Beatriz Borba Florenzano. Edusc, Bauru.
- Museu de Arqueologia e Etnologia. 2001. *Ofício do Gabinete da Diretoria nº 1542001*. MAE, São Paulo.
- Ribeiro, G.L. 2003. Depoimento. *Revista de Antropologia* 46: 351-356.
- Stocking Jr., G.W. (Ed.). 1985. *Objects and others: essays on museums and material culture*. University of Wisconsin Press, Madison.
- Universidade de São Paulo. 2004. *Processo nº 2004.1.534.1.9*. Pró-reitoria de Pós-graduação, São Paulo, 653-655.